AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico *ao DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito dos Projetos *(Per)cursos da graduação em História: entre a iniciação científica e a conclusão de curso,* referente ao EDITAL Nº 002/2017 PROGRAD/DIREN/UFU e *Entre a iniciação científica e a conclusão de curso: a produção monográfica dos Cursos de Graduação em História da UFU*. (PIBIC EM CNPq/UFU 2017-2018). (https://monografiashistoriaufu.wordpress.com).

Ambos visam à digitalização, catalogação, disponibilização online e confecção de um catálogo temático das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia. Para tanto, o autor deverá* entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA/INHIS

DESPACHANTES

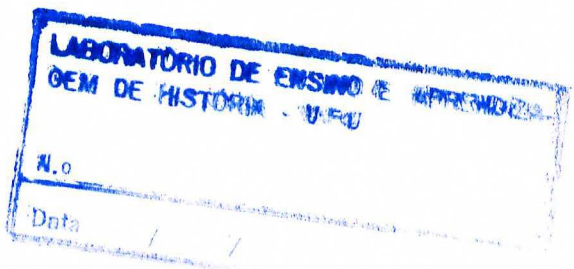
A Constituição do Profissional no Contexto do Espaço Urbano de Uberlândia (1968 - 1988)

Por: Lúcio Leonardo Camargos

Uberlândia, Julho de 2001

1.606 Ex. 9 C

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA/INHIS



DESPACHANTES

A Constituição do Profissional no Contexto do Espaço Urbano de Uberlândia

(1968–1988)

Por: Lúcio Leonardo Camargos

Uberlândia, julho de 200!

Universidade Federal de Uberlândia
Instituto de História/INHIS
Bacharelado e Licenciatura em Historia

DESPACHANTES

A Constituição do Profissional no Contexto do Espaço Urbano de Uberlândia

(1968–1988)

Monografia apresentada como requisito parcial para aprovação na disciplina Monografia II, do curso de bacharelado em História, pela Universidade Federal de Uberlândia, sob orientação do Prof. Dr. Hermetes Reis de Araújo do Instituto de História/INHIS da mesma Instituição.

Uberlândia/julho de 200l

Banca Examinadora

Dra. Christina Silva Roquete Lopreato

Dr. João Marcos Além

Dr. Hermetes Reis de Araújo (orientador)

Agradecimentos e Dedicatória

Agradeço a Deus primeiramente pela força que me concedeu para a realização deste sonho.

Agradeço a minha mãe Noestra que apesar das dificuldades da vida, me criou e educou, sem nada me cobrar.

Agradeço à minha esposa Rosana, mãe exemplar, dedicada ao nosso filho, que digitou este trabalho, mesmo com o seu cansaço de seus afazeres do dia-a-dia.

Agradeço do fundo do meu coração, aos meus professores, por terem me proporcionado o conhecimento, em especial ao professor Hermetes, que esteve me orientando para realização deste trabalho, pela paciência e dedicação dispensada a minha pessoa,

A todos os colegas de curso, que diretamente ou indiretamente contribuíram na minha jornada deste curso.

Dedico este trabalho ao meu filho Lúcio Vieira de Sousa Camargos e peço a Deus que me dê muita sabedoria e saúde para poder criá-lo e educá-lo.

Sumário

Introdução _____ **6**

I) Capítulo _____ **10**

1.1. História da Administração Pública _____ *10*

1.2. Despachante: A sua tradição histórica _____ *19*

1.3. Os Despachantes em Uberlândia _____ *23*

II) Capítulo _____ **27**

2.1. O despachante e seu local de trabalho _____ *27*

III) Conclusão _____ **31**

IV) Bibliografia _____ **33**

V) Anexos _____ **35**

INTRODUÇÃO

Este estudo tem objetivo de resgatar a trajetória histórica da instituição dos despachantes no contexto do espaço urbano de Uberlândia de 1968 a 1988. Este recorte cronológico se explica em função de que foi em 1968, que surgiu este profissional na cidade e que, em 1988, foi fundado o seu sindicato.

Inserido no espaço mais amplo da evolução dos serviços da Administração Pública, o estudo desse profissional requer um tratamento que possibilite um entendimento de sua afirmação profissional no contexto da administração Pública. Dessa forma tornar-se possível recuperar a história e atuação desse profissional no Brasil e em especial Uberlândia.

O que nos interessa é conhecer melhor a figura desse profissional que faz parte da vida cotidiana da cidade, uma cidade que cresceu e cujo setor de serviços e burocracia tem se ampliado.

Na verdade conquanto a figura do despachante não seja estranha a outros países, para uma melhor compreensão, designa-se por Despachante, como sendo um representante, um mandatário tácito de um interessado. Ou seja, o despachante é um representante do cidadão perante os órgãos públicos, mediante o pagamento de honorários previamente

estipulados, e que, em última instância, é o elo de ligação entre o cidadão e a Administração Pública.

Ele é, para um melhor entendimento, e de acordo com a Lei 1.132/87 que regulamenta as atividades dos Despachantes no Rio de Janeiro, no qual serviu de modelo para os outros estados, um prestador de serviços, cujas atribuições são assim definidas: "*técnicos de processamento administrativo [que], exercem função de natureza e interesse público, o nível superior, mediante remuneração prestada pelos seus comitentes sujeito, porém, à disciplina e controle administrativos do Estado*"[1].

Esse estudo se estrutura em partes distintas entre si, porém, a intenção dos mesmos é uma tentativa de demonstrar através do estudo da Administração Pública, dentro das características próprias do Estado brasileiro encontrar a justificação da presença da instituição dos Despachantes em nossa sociedade.

No item I, de primeiro Cap., demonstraremos que, ao estarem condicionados ao aval do Estado e que pelo predomínio das características da Administração Pública, os cidadãos para fazer valer os seus direitos junto à repartições públicas, encontrem na figura do despachante alguém acaba sendo um dos mecanismos que propiciam o seu acesso aos direitos básicos

---

[1] Lei n.º 1.132, de 20 de fevereiro de 1987. Dispõe sobre os Despachantes Públicos do Estado do Rio de Janeiro e dá Outras providências. In: *SINDPERJ* (2'). RJ. 1998, § 8. p. 05.

da cidadania, pois o cidadão desde o seu nascimento até a morte é impelido a lidar com uma estrutura jurídico-administrativa que lhe é estranha, burocratizada, formal e autoritária e que para romper com essa estrutura que dificultam sua vida no dia-a-dia, a contratação de um despachantes será a sua solução.

No item **1.1**, faremos um histórico da profissão dos Despachantes desde surgimento dos primeiros registros históricos da atividade e o emprego do vocábulo do que hoje se emprega para designar esse profissional e, o que sempre esteve ligado à administração Pública no Brasil.

No item **1.2**, resgataremos a trajetória histórica dos despachantes em Uberlândia desde o primeiro Despachante, passando pela criação de sua associação, a sua regulamentação e por fim a criação de seu sindicato.

No segundo capítulo, intitulado de "O Despachante e seu local de trabalho", mostraremos em qual repartição pública esse profissional estará a maior parte da sua vida trabalhando para os seus clientes, ou seja, em uma delegacia de trânsito e que será ele que servirá de elo de ligação entre os cidadãos e esta repartição pública.

O ponto de partida do historiador é os pressupostos teóricos e a reelaboração deles deve-se dar a partir do contato com as fontes, tem-se a seguir a explicação das mesmas.

Apesar de se ter uma bibliografia sumária sobre o tema, foi através de um artigo do autor Affonso Cezar B. Pereira, pesquisador do Departamento de Ciência Política da Fundação Joaquim Nabuco, que pudemos compreender a relação dos Despachantes junto à Administração Pública no Brasil.

Ainda em relação a leitura de outras fontes usadas na investigação histórica desses profissionais foram utilizados alguns folhetos da FENADESP (Federação Nacional os Despachantes Públicos), decretos-leis que regulamentam a profissionalização dos mesmos, cartas da ADESU (Associação dos Despachantes de Uberlândia) para os seus associados, questionários com diversos profissionais mais antigos da cidade e estatutos. Através dessas fontes foi possível recuperar a trajetória dos despachantes, não tão somente no Brasil bem como no espaço urbano de Uberlândia.

CAPÍTULO I

1.1 - HISTÓRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A Administração Pública como um aspecto da atividade governamental existe desde que os sistemas políticos funcionam e tentam alcançar objetivos programados estabelecidos pelos que tomam as decisões políticas. Com base em variadas fontes, os conselheiros dos governantes e comentaristas dos trabalhos do governo têm o acumulado suas observações, como por exemplo: a Bíblia, a Política de Aristóteles e O príncipe de Maquiavel.

Para o presente estudo, considere que a Administração Pública é aquele setor da administração que existe num contexto político, no qual relaciona-se basicamente com a execução das decisões da política governamental, tomados pelas pessoas que detêm a autoridade para a tomada de decisão no sistema político.

A Administração Pública Constitucionalizou-se. Os fundamentos de seu regime já não se põem na norma infraconstitucional. Repousam, antes na Constituição, que lhes traça os princípios fundamentais e inclusive, as regras referentes a alguns comportamentos e decisões considerados pelo

constituinte como dotados de magnitude. O princípio que fundamenta esse regime não é mais o da legalidade administrativa, mas o da juridicidade.

O regime jurídico administrativo tem natureza constitucional decorrente da sede normativa na qual repousa a principiologia diretora dos compartimentos administrativos.

Segundo a autora Carmem Lúcia A.Rocha, *"dois fenômenos parecem estar na base da constitucionalização administrativa: a politização e a profissionalização na Administração Pública; a constatação de que o Estado tem o desempenho mais próximo e mais constante do povo no exercício da atividade administrativa."*[2]

Para esta autora, a Administração Pública tem a dimensão e a natureza do Estado. Retrata-lhe o regime político, mostra a sua opção econômica, vinca o modelo social por ele buscado.

Constitucionalizou-se a Administração Pública, como fora enfatizado nela, basicamente, e não em outras das funções estatais. O Estado mostra-se liberal ou social, presente ou ausente, eficiente ou ineficiente, ético ou corrupto. Isto é fundamental para os membros de uma sociedade política constituída sob o modelo de Estado. A Administração Pública apresenta o Estado a seu cidadão todos os dias. O cidadão pode passar a vida sem

---

[2] ROCHA, Carmem Lúcia Antunes. **Princípios Constitucionais da Administração Pública**. Belo Horizonte: Del Rey, 1994, p. 15.

apresentar-se ao Estado-Juiz; não passa um momento sequer, desde o seu nascimento, sem viver no e com o Estado-Administrador.

Na realidade uma análise mais cuidadosa da prática administrativa predominante na Administração Pública nacional demonstra claramente que a centralização e o formalismo exacerbados atuam de fato, como mecanismos de seleção (acessibilidade/inacessibilidade) ao exercício de direitos elementares da cidadania, como o direito à saúde, à moradia, à justiça, à educação, ao trabalho, etc. Pois, nem todo mundo possui os recursos necessários à superação dos empecilhos e exigências administrativas que transformam a mais simples das relações serviço-usuário administração-cidadão, uma verdadeira *"via crucis"* das filas cotidianamente expressas nas intermináveis corredores e salas das repartições.

De fato, na medida em que poder público, no Brasil, tem como padrão geral de desempenho uma prática administrativa fundamental não transparente, excessivamente formal e essencialmente autoritária, a obtenção de um simples documento de identificação pessoal pode durar meses seguidos.

Para se entender esta prática administrativa não transparente e excessivamente burocratizada, devemos considerar um aspecto geral da matriz estrutural da sociedade brasileira, ou seja, o padrão de Estado que emerge do processo histórico nacional.

Um dos traços marcantes do processo histórico brasileiro está na procedência do Estado sobre a sociedade da organização jurídica - administrativa sobre a organização social da Administração Pública sobre os cidadãos, cujas origens remontam ao período da dominação portuguesa, consolidando-se nas etapas subseqüentes à formação do Estado Nacional. De um lado, a anterioridade do Estado mediante a imposição, via Portugal, de uma ordem jurídica estatal complexa antes mesmo que existisse, no Brasil do século XVI, um arcabouço de sociedade condizente com os mecanismos de regulação e coerção dispostos em tal ordem. De outro lado, a preponderância do Estado enquanto fator básico de estruturação das relações sociais, desde então regido em principal agente de transformação no âmbito nacional. Do Estado sem povo ao Estado tendencialmente autoritário, cartorial e intervencionista.

O surgimento de um Estado, como foi o brasileiro, em que a participação popular não se fez sentir o ato que oficializou ou deu ensejo a que se oficializa na independência da Metrópole nada teve de presença ou participação política do povo. No Brasil, o Estado surgiu antes da sociedade. A conseqüência imediata da a novidade é que o povo que deveria fazer o Estado dele participar, fazê-lo atuar para realizar o seu bem não existia de maneira organizada. E se para o povo, o Estado era um desconhecido, para o Estado o mesmo ocorria, ou seja, o povo lhe era desconhecido. E há um consenso com relação a esse quadro, como afirma Raimundo Faoro " *As vilas se criavam antes da povoação, e organização administrativa precedia ao fluxo*

das populações. Prática que é modelo da ação do estamento, repetida no Império e na República a criação da realidade pela lei, pelo regulamento... A América seria um reino a modelar, na forma dos padrões ultramarinos, não um mundo a criar".[3]

'Como um "negócio" do rei a colonização do Brasil efetivou-se diferentemente do que ocorreu como as colônias inglesas da América do Norte sob a égide do "*agenciamento e regulamentação estatais a extração dos recursos naturais e a defesa do território patrocinados pelos agentes da coroa portuguesa, com seus regimentos, alvarás, cartas, decretos e leis, a colônia como extensão da ordem jurídico-institucional da metrópole submetendo-se com pequenos ajustes aos padrões administrativos do Estado absolutista, a estrutura político-administrativa precedendo e condicionando a organização social.*"[4]

Affonso César Pereira observa que, "*mesmo que se insiste na pouca eficácia da administração colonial e no domínio mais teórico do que real da Metrópole não há que se discutir a influência exercida pela estrutura burocrática do Estado absolutista português na regulamentação da vida da colônia. Pois, se por um lado a colonização não chegou a ser um produto resultante exclusivamente da vontade do príncipe, racionalmente planejada e*

---

[3] FAORO, Raimundo. **Os Donos do Poder**, apud: ROCHA, Carmem Lúcia Antunes, op. cit., p. 161.
[4] PRADO JR, Caio. **Formação Econômica do Brasil**, apud: PEREIRA, Affonso Cesar B. "Yes, nós temos Despachantes: uma reflexão sobre as causas da reprodução da Instituição dos Despachantes no Brasil", In: **Caderno de Estudos Sociais**, Recife, V.I.3, p. 317, jan/jun, 1986.

viabilizada unicamente pela atuação dos agentes da coroa real, nem por isto, por outro lado, há que se desconsiderar a ascendência das formas de organização política e dos padrões administrativos e legais do Império lusitano no Brasil- Colônia. E nem muito mesmo há que se subestimar a ressonância de alguns de seus aspectos nas etapas posteriores à formação e consolidação do Estado Nacional como o apego à centralização enquanto instrumento por existência de organização do poder político, e o formalismo enquanto padrão básico de desempenho da máquina Administrativa estatal. Lançadas estavam as bases do Estado autoritário e cartorial que a partir da segunda década do século XX passará a ser também intervencionista."[5]

Este autor afirma também que "*do ponto de vista da organização administrativa, a transferência da Corte portuguesa para o Brasil veio solidificar a base do Estado cartorial. Com o retorno de D. João VI a Portugal, desestruturou-se a administração local. Com a independência, impunha-se a construção de uma nova ordem administrativa. Contudo a transferência da burocracia metropolitana para o Rio de Janeiro tinha propiciado um crescimento do aparato estatal, que veio acompanhado do incremento de práticas administrativas ditadas pelo pragmatismo e irracionalidade características da burocracia patrimonial, com a prebendalização dos cargos públicos, o excesso do formalismo e o desproporcional contingente de funcionários.*"[6]

---

[5] PEREIRA, Affonso Cesar B. **Op. cit.**, pp. 317-8.
[6] Idem, p. 318.

Dessa forma, segundo Afonso Pereira, "*na primeira metade do século XIX verifica-se a ampliação do aparato estatal da nação independente restrita, o princípio, ao muito central do poder atingindo as áreas periféricas na segunda metade desse século. A multiplicação dos órgãos e agentes estatais, o parasitismo, a ociosidade e o custo excessivo para o erário, como conseqüência da desproporcionalidade do funcionalismo com relação as tarefas administrativas que se colocavam ao Estado Imperial. O Formalismo-legalista enquanto padrão da ação administrativa consolida-se, na nova ordem, o Estado Cartorial.*"[7]

Este formalismo configura um Estado "*tendencialmente autoritário e cartorial que se afirma ainda na primeira metade do século XIX vê-se acrescido, sobretudo nestes últimos sessenta anos, de uma nova face, o Estado intervencionista. Mesmo antes da Proclamação da República, e por conseguinte, distante do surto de industrializações do país, já se verifica a ocorrência de práticos intervencionistas do Estado na economia nacional. Ainda no primeiro decênio da República, o convênio de Taubaté firmado em 1906 procurar garantir o preço e a colocação do café brasileiro na mercado internacional. A partir da Revolução de 30, quando o país se firma no curso do processo de industrialização o intervencionismo estatal se robustece, tornando-se coincidente nas década de 50.*"[8]

---

[7] Idem. p. 318.
[8] Idem. pp. 318-9.

Mediante estas características próprias do Estado Brasileiro o despachante é dosa mecanismos que propiciam o acesso ao exercício de direitos básicos da cidadania, pois o despachante na maioria das vezes termina sempre sendo a alternativa mais eficaz e eficiente de que dispõe o cidadão para fazer valer os seus direitos junto às repartições públicas competentes.

De fato, do nascimento até a morte, o cidadão, entre nós, é obrigado a lidar com um número infinito de formalidades e repartições, apesar de na maioria dos casos, não entender ou não concordar com as exigências que lhe são impostas, e nem saber ao certo como atendeu tais exigências. A única certeza que dispõe é a de que, para certos aborrecimentos e contratempos, cabe-lhe obter, de qualquer forma, o aval do Estado. Em suma, e esta é uma variável central para a compreensão do papel do despachante em nossa sociedade diante de onipresença do Estado no cotidiano da vida nacional; o cidadão é impelido a lidar com uma estrutura jurídico administrativa que lhe é estranha e muito pouco acessível, burocratizada, formal e autoritária, e que o leva, em não podendo desconsiderar os mandamentos decorrentes do Estado, atentar cumprir tais exigências através do recurso à diversas estratégias que se mostrem hábeis para romper com os empecilhos e obstáculos administrativos que dificultam a sua vida no dia a dia como a contratação de despachantes.

Assim, vale dizer, na medida em que o cidadão não dispõe de outros instrumentos para defender os seus interesses com um mínimo de eficiência e eficácia junto à Administração Pública, os despachantes passam a cumprir um papel relevante em nossa sociedade.

1.2 - DESPACHANTE

A SUA TRADIÇÃO HISTÓRICA

"Conhecidas a partir do Ano 500 da Era Cristã, as atividades do profissional, hoje denominado Despachante, confundia-se com a do Solicitador Administrativo. Entretanto, das Nações Européias (Século XIV-XV), economicamente mais evoluídas, surgiram os primeiros registros históricos da atividade e o emprego do vocábulo 'Despachante.

Já no Mundo Ibérico, em 1503, Damião de Góis, cronista português, destacava a importância da figura do Despachante no desenvolvimento dos negócios em Lisboa, sob o fluxo comercial gerado pelo Ciclo das Grandes Navegações, que forçaram a mudança da importância econômica do Mediterrâneo em favor do Atlântico e Índico.

Em 1548, o rei D. João III baixa o primeiro Regulamento de Administração Colônia, criando no Brasil-Colônia a função do Alealdador, nomenclatura usada para classificar aqueles que legalizavam mercadorias nas alfândegas. Na visão do historiador Rodolfo Garcia,essa função, criada no Período Colonial corresponde às atribuições dos Despachantes.

Regulamentada, em 1702, consta que em Recife, Salvador e Rio de Janeiro havia intensa atividade dos Despachantes, nos quais eram registrados nas Juntas do Comércio.

Em 7 de Junho de 1809, o exercício da função de Despachante passou a ter expressão nacional, pois o Príncipe Regente Dom João, houve por bem ,afinal, de criar o Ofício de Despachante, outorgando-lhe a primeira titularidade e "serventia Vitalícia" a Aleixo Paes Sardinha."[9]

A partir de então, foram expedidos vários atos a regulamentar a atividade dos Despachantes d'Alfândega, Despachantes Especiais e Despachantes Gerais, que absorveram os caixeiros Despachantes, agentes de exportação e importação, despachantes de registros públicos, propriedade industrial, mobiliário e outros.

"*Em 24 de outubro de 1854, a Câmara Municipal da Corte deliberou e, posteriormente, homologada pelo Imperador Dom Pedro II, a criação do quadro de Despachantes Municipais, que dentre suas atribuições podemos destacar: cobrança de impostos, a legalização de imóveis, de estabelecimentos e de veículos, entre outros assuntos afetos ao Estado. É dessa época também a atribuição ao Despachante da condição de 'mandatário tácito' dos contribuintes.*

---

[9] FEDERAÇÃO Nacional dos Despachantes Públicos do Rio de Janeiro. **Os Despachantes Públicos do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: FENADESP, janeiro/97, pp. 01 e seguintes.

Com o advento da República, em I889, as várias categorias e respectivos integrantes foram concentrados em duas classes: Despachantes D Alfândegas, hoje chamados de Aduaneiros, e Despachantes Oficiais, atuais Despachantes Públicos.

Os marcos seguintes na história recente das atividades dos Despachantes Públicos foram as normatizações estaduais e municipais, dentre as quais destaca-se: a Lei 1.I32/87 do Estado do Rio de Janeiro, sem dúvida a mais completa e abrangente da função; e as leis dos estados de Santa Catarina, São Paulo, Mato Grosso, Paraíba, Minas Gerais, .Paraná, Rondônia e Distrito Federal, estas em sua maioria circunscritas a atividade de trânsito.

Em face de motivos diversos, em sua maioria, de ordem mercadológica, os Despachantes, nos vários centros urbanos do País, dedicaram-se aos Serviços de Trânsito, ficando mesmo conhecidos como 'Despachantes de Trânsito'. Porém sua trajetória histórica não iniciou-se atrelada ao trânsito , mas abrangeu um vasto escopo de serviços ligados à Administração Pública em geral e outras atividades dedicadas aos usuários de serviços Públicos ou Concessões".[10]

À guisa de curiosidade, os Despachantes chegaram à atuar perante às repartições públicas, desenvolvendo trabalhos de legalização de: Marcas e Patentes; Empresas e firmas, Instalações Comerciais e Industriais;

[10] Idem, pp. 02 e seguintes.

Instalações de Rádio e Telefonia; Passaporte; Registros Públicos e ainda Naturalizações e permanência de estrangeiros no país.

Neste sentido, podemos perceber que os Despachantes sempre tiveram desempenho as suas atividades junto à Administração pública, servindo de intermediários dos cidadãos perante as repartições estatais.

1.3 - OS DESPACHANTES EM UBERLÂNDIA

Foi em meados da década de 60 que surgiu na cidade de Uberlândia o primeiro Despachante, o Sr. Luís Carlos Della Penna, que persiste na profissão até hoje.

Surgiram vários outros despachantes, pois não existia uma lei que regulamentasse a profissão, não havendo uma norma de conduta a seguir.

Para se tornar um desses profissionais, bastava ter autorização da autoridade policial (Delegado Regional da Policia Civil), através de pedidos políticos de deputados estaduais ou até mesmo do prefeito da cidade.

Com o aumento do número de Despachante na cidade, alguns profissionais acharam por bem criarem uma associação, com o objetivo de integrar a classe, ampara-la legalmente e fortalecer-se junto ao departamento de trânsito, pois somente com entidade é que os despachantes poderiam reivindicar seus direitos junto ao órgão máximo do Estado, ou seja, o Detran/MG.

Assim, após 10 anos de existência desse profissional na cidade, é que foi fundada a sua associação, com o nome de ADESU - (Associação dos Despachantes de Uberlândia), situada no centro da cidade, na Praça Tubal Vilela nº 83 - sala: 3 , constando em seu estatuto no Artigo 2 a seguinte prerrogativa - a) "*Representar, perante as autoridades administrativas e*

judiciárias os interesses individuais dos associados , relativamente `a categoria de despachante."[11]

Apesar de ter sido fundada em 1978 a ADESU, somente em setembro de 1985 através da lei municipal número 4.194 é que esta associação será considerada de utilidade pública, pelos serviços prestados à comunidade.

Segundo alguns depoimentos, naquela época (final da década de 1970) haviam poucos profissionais e devido ao baixo número, era possível ter um bom nível de vida, pois todo os serviços relacionados ou executado na delegacia de trânsito , tinha que passar pelas mãos desses profissionais.

No entanto, a profissão em si não era regulamentada e que através da Lei nº 9.095 de 17 de dezembro de 1985 irá "*dispor do exercício de Despachantes junto à Secretaria do Estado de Segurança Pública de Minas Gerais, e através do Decreto nº 27.009 de 18 de maio de 1987 irá conter a sua regulamentação das atividades dos despachantes junto a esta secretaria.*"[12]

O termo Despachante é usado e generalizado, indicando para o público, um tratador de papéis, indivíduos sem formação profissional, mas apesar de ser designado nestes termos, com o Decreto 27.009, nota-se que o despachante precisa ter sido aprovado em curso de habilitação profissional

---

[11] ESTATUTO da Associação Profissional dos Despachantes de Uberlândia (mimeo)..Uberlândia, s/d. p. 01.

[12] Lei n.º 9.095, de 17 de dezembro de 1985. Dispõe sobre exercício dos enviados dos Despachantes junto à Secretaria e do Estado de Segurança Pública e dá outras providências; Decreto n.º 27.009, de 18 de maio de 1987. Contém o regulamento das atividades junto à Secretaria de Estado da Segurança Pública.

promovida pelo ACADEPOL - Academia de Policia Civil/MG, no qual, dentre os conteúdos administrados por esta academia, podemos citar os seguintes programas: noções de Direito Civil e Direito Penal; Legislação de Trânsito; Tributação; Relações Humanas e Ética Profissional e ainda a Prática Profissional, no qual totaliza-se no final do curso por 40h/aulas.

Se num primeiro momento bastava um pedido político para se tornar um desses profissionais, após a regulamentação pelo Estado tem-se ainda que atender ao Artigo 23 do Decreto 27.009, no qual ele limita o número de despachante em cada município, levando em consideração o número da frota de veículos existente em cada localidade do Estado.[13]

No decreto que regulamenta a profissão de despachante, há disposições preliminares que regula o exercício de suas atividades, ou seja, seu credenciamento; suas responsabilidades, deveres, proibições/obrigações e algumas penalidades disciplinares aplicadas aos despachantes.

Após reuniões com os associados da ADESU e prolongados estudos, os quais duraram anos, a sua diretoria se reuniu em 18 de dezembro de 1985 propondo a criação de seu sindicato, pois acharam que a união em um sindicato constituiria em poderoso instrumento para atingir a melhoria de suas condições de trabalho e a garantia de seus direitos junto aos órgãos competentes.

---

[13] Decreto n.º 27.009, de 18 de maio de 1987, op. cit.

Foi através de diversas reuniões seguidas, que houve o consenso a respeito da criação de seu sindicato e formulação de seu estatuto no modelo do Ministério do Trabalho em conformidade com a legislação específica (CLT. Arts. 582 e seguintes), sendo reconhecida em 13 de maio de 1988 pelo então ministro Almir Pazzianotto Pinto, sendo o primeiro sindicato criado no Estado de Minas Gerais em nível federal.

Hoje, porém com o processo da desburocratização pelo Estado e a informatização da burocracia estatal, a tendência é a diminuição do espaço para o exercício da profissão, pois ao informatizar a burocracia tende-se a facilitar a vida de seus usuários (os cidadãos), mas os despachantes que acompanharem esse processo da era da informatização poderá ter sobrevivido, ou seja, "*não ficara sem o seu ganha pão*"[14], como atesta um depoente deste estudo.

[14] Depoimento de Oscar Nunes da Silva, ex-presidente do Sindicato dos Despachantes de Uberlândia.

II - CAPÍTULO

2.1. O DESPACHANTE E SEU LOCAL DE TRABALHO

O despachante como qualquer outro profissional, legalmente, é preciso abrir a sua empresa (escritório), ter inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda, pois no capítulo V do decreto que regulamenta a suas atividades, esta inscrição faz parte do capitulo referendado, pois a inscrição é uma de suas responsabilidades.

Em um escritório de despachante, sempre tem uma secretária pronta a atender o cidadão (que além de não ter conhecimento no preenchimento processual de documentos, não ter tempo suficiente para enfrentar as longas filas junto às repartições públicas), ao atender o cliente ela colhe toda a documentação exigida pelo órgão competente, preenche toda a "papelada burocrática" de acordo com o serviço a ser solicitado por este cidadão, para a regularização junto à repartição, ou seja, a delegacia de trânsito. São vários os tipos de serviços prestados pelo despachante: licenciamento de veículos, baixas de multas de trânsito, emplacamento de veículos novos, transferência de propriedade e outros.

Ao chegar na delegacia de trânsito para agilizar a documentação requerida por seu cliente o despachante às vezes tem que usar

de meios (os cafezinhos para os funcionários da repartição) para que o serviço seja realizado em menos tempo possível.

A título de curiosidade, alguns clientes não gostam de ir a uma delegacia para tirar até mesmo a sua carteira de identidade, solicitando ao despachante para providenciá-lo em seu escritório.

A natureza não transparente e não participativa da prática administrativa predominante nos órgãos públicos, favorece os processos de intermediação - o despachante é o exemplo típico, na medida em que o cidadão quase sempre desconhece a tramitação e os critérios que conduzem, no âmbito das repartições públicas, à tomada de decisões, tendo que recorrer, pois, a pessoas que detenham o saber sobre o segredo administrativo e o devir dos processos decisórios existentes em tais repartições.

Vale lembrar, que o autoritarismo que preside a prática administrativa do poder público no Brasil, ao dificultar em larga medida a interação serviço-usuário, administração-cidadão, dá margens ao surgimento e ao aperfeiçoamento de canais de mediação, como por exemplo: o padrinho político, as empresas de consultoria especializadas na elaboração e acompanhamento de projetos financiados pelos órgãos governamentais, etc, por dentre os quais se destaca, por sua onipresença no cotidiano do país, a função dos despachantes, uma função que nesse plano, tem como núcleo central tornar público o que é segredo.

Na verdade, e vale a pena enfatizar este ponto, os despachantes muitas vezes substituem os advogados na defesa dos interesses dos cidadãos – mormente daqueles que não podem arcar com os honorários de um advogado, mas que podem pagar a um despachante - junto às repartições públicas competentes. O dono de uma padaria ou de uma pequena empresa, em contraste com o proprietário de uma grande indústria ou de um estabelecimento comercial de grande porte, raramente dispõe de recursos para contratar um advogado para defender seus interesses nos processos fiscais que lhe são movidos pelo poder público. Dessa forma, é comum que esta defesa seja confiada a um despachante. Existe despachante, inclusive, que mantém escritórios devidamente montados para prestar este tipo de assessoria pequenas empresas.

III – CONCLUSÃO

Visando concluir entre estudo fica coincidente que os despachantes desenvolvem uma atividade que, de certa forma, atende as necessidades geradas em nossa sociedade.

Mas a constatação deste fato, por seu turno, entreabre a visão em torno de uma indagação: Que tipo de sociedade necessita dos serviços de um despachante, ou melhor, o que faz com que uma sociedade engendre e reproduza uma instituição, como a dos despachantes.

Nesse estudo, procurei, ao analisar a Administração Pública, prevalecente, pela medida em que o poder público, no Brasil, tem como padrão geral de desempenho uma prática administrativa, não transparente, altamente burocratizada e essencialmente de autoritária, os cidadãos, para atender as exigências junto às repartições públicas, precisam contratar um despachante para romper os empecilhos e obstáculos administrativos colocadas pelo poder público.

Dentro das características próprias do Estado brasileiro desde a sua colonização, este estado com traços marcantes em seu processo histórico a precedência do Estado sobre a sociedade, da organização jurídica-administrativa sobre a organização social, da Administração Pública sobre os cidadãos, cujas origens remontam ao período do domínio português, ou seja,

do Estado sem povo ao Estado autoritário, cartorial e que desde a primeira metade do século XIX será um Estado Intervencionista.

Mediante estas características próprias do Estado brasileiro, o despachante em última instância, é o elo de ligação entre os cidadãos e a Administração Publica que, atuando no espaço onde se dá a tensão entre a ordem legal e a ordem social, propicia a defesa e o exercício de direitos típicos, da cidadania.

Uma última observação se o despachante responde de certa forma, a determinadas necessidades geradas em nossa sociedade, não se pode deixar de ver também nessa instituição, que pressupõe o exercício restrito da cidadania, uma manifestação de processos que devem ser combatidos para a implantação efetiva da democracia entre nós.

Obviamente que não se trata de atacar simplesmente os despachantes como querem os mentores da desburocratização. Porém não se deve perder de vista que o processo de intermediação desenvolvido pelos despachantes no Brasil mantém estreitos vínculos com a natureza autoritária e não transparente da prática administrativa predominante nos órgãos e funcionários estatais. A democratização da sociedade devendo implicar e também necessariamente na democratização do cotidiano dos cidadãos, ou seja, é preciso que todos participem das coisas públicas do Estado.

Como dizia a sociólogo Betinho, que a democracia fixa-se em cinco princípios: a liberdade, a participação, a diversidade, a solidariedade e a igualdade.

Cada um destes, por si só, já é uma revolução e seriam suficientes, mas juntos dariam para modificar e transformar todo o mundo. Em cima disso, há um grande desafio à democracia a realização concreta destes cinco princípios, meta talvez irrealizável, mas possível de ser tentado. O Estado não vive sem o povo, ele inexiste sem a participação de cada um.

O cidadão é o princípio de tudo o que existe e com a participação surge a democracia. Cidadania e democracia andam de mãos dadas e não existem separadas.

IV - BIBLIOGRAFIA

ABRANCHES Sérgio Henrique. "Estado e Democracia", in **Estado, Participação Política e Democracia**. (**Ciências Sociais Hoje, 3),** ANPOCS/CNPq, 1985.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Autoritarismo e Democratização**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.

DA MATTA, Roberto. **Carnavais, Malandros e Heróis para uma sociologia do dilema brasileiro**, 3 edição, Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro**, Ed. Globo, 1958.

HEADY, Ferrel. **Administração pública: uma perspectiva comparada** RJ Zahar, 1970.

JAGUARIBE, Hélio. **O Nacionalismo na Atualidade Brasileira**, Rio de Janeiro, ISEB, 1958.

PEREIRA, Affonso Cesar B. Yes, Nós temos Despachantes: uma reflexão sobre as causas da Reprodução da Instituição dos Despachantes no Brasil. In: **Caderno de Estudos Sociais, Recife, V.I.N.3**, p. 315-328, jan/jun, 1986.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo** 8ª edição, São Paulo, Editora Brasiliense, 1965.

_____ **Evolução Política do Brasil**, 14 edição, Editora Brasiliense, 985.

REIS, Fábio Wanderley. "Autoritarismo, Intervencionismo Estatal e Controle do Executivo", In: **Estado, Participação Política e Democrática (Ciências Hoje, 3**) ANPOCS/CNPq, 1985.

ROCHA, Carmen Lúcia Antunes. **Princípios Constitucionais da Administração Pública**. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.

4.1. Outras Fontes

4.1.1. Fontes

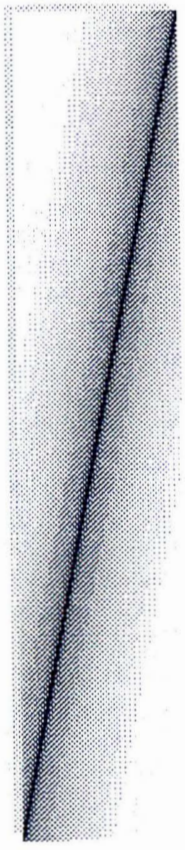
- Livro de Ata da Associação dos Despachantes de Uberlândia
- Livro de Ata do Sindicato dos Despachantes de Uberlândia
- Pinto, Almir Pazzianoto, "Carta de Homologação do estatuto do Sindicato dos despachantes de Uberlândia". Brasília, 13 de maio de 1988.

4.1.2. Livretos

- Sindicato dos Despachantes Públicos do Estado do Rio de Janeiro

4.1.3. Folhetos

- Os Despachantes Públicos do Estado do Rio de Janeiro -. "Uma História de cidadania", janeiro/99.
- Sindicato: A mola propulsora que garante o sucesso da classe.



V) Anexos

- Questionários
- Curso de Habilitação de Despachantes

Nº de página inserido pelo pesquisador do Projeto

José Luiz - Cunha Desp.

1) Como o Sr. entrou na profissão de despachante?

DECEPCIONADO COM A PROFISSÃO DE CONTABILISTA, DEVIDO À BAIXA REMUNERAÇÃO E O EXTRESSE QUE A MESMA PROVOCAVA, RESOLVI TENTAR ESTA NOVA PROFISSÃO, QUE ME POSSIBILITARIA TRABALHAR POR CONTA PRÓPRIA.

2) Porque o Sr. decidiu ser despachante?

DEVIDO AS BOAS PERSPECTIVAS PARA A PROFISSÃO NAQUELE PERIODO, POIS A DEMANDA NA AQUISIÇÃO DE VEICULOS ERA VISIVELMENTE CRESCENTE E O NUMERO DE PROFISSIONAIS RELATIVAMENTE BAIXO.

3)Como era o serviço do profissional na época ?

ERA BEM AMADOR, NÃO HAVIA UMA NORMA DE CONDUTA A SEGUIR, CADA UM SEGUIA SEU PROPRIO INSTINTO PROFISSIONAL, CONFORME SUA FORMAÇÃO ANTERIOR.

4)Porque ou para que as pessoas procurava o despachante?

EM VIRTUDE DAS DIFICULDADES QUE O PARTICULAR ENCONTRAVA EM SE RELACIONAR COM A POLICIA DAQUELA EPOCA.

5) Os custos dos serviços eram altos ?

EM COMPARAÇÃO COM OS DIAS DE HOJE OS CUSTOS ERAM RELATIVAMENTE ALTOS.

6) Como era visto o profissional ? Porque?

O PROFESSIONAL ERA BASTANTE MAL VISTO, EM VIRTUDE DE SUA RELAÇÃO COM A POLICIA, QUE NAQUELE TEMPO TINHA PESSIMA REPUTAÇÃO JUNTO A SOCIEDADE.

7) Como eram as condições de trabalho?

AS CONDIÇÕES DE TRABALHO ERAM TERRIVEIS, DEVIDO O ALTO INDICE DE CORRUPÇÃO VIGENTE NA DELEGACIA, SOMENTE OS DESPACHANTES COM GRANDE MOVIMENTO, CONSEGUIAM RESOLVER SATISFATORIAMENTE SEUS PROBLEMAS.

8) Era possível manter um bom nível de vida?

APESAR DE TUDO O NÍVEL DE VIDA DOS DESPACHANTES ERA BEM MELHOR DO QUE NOS DIAS ATUAIS

9) Havia muitos ou poucos profissionais ?

HAVIA O NÚMERO SUFICIENTE PARA ATENDER A DEMANDA DA EPOCA, COM RELATIVA FOLGA.

10) O que levaram alguns profissionais a formarem a ADESU- Associação dos Despachantes de Uberlândia, como se deu sua formação e vocês tiveram algum apoio politico para que esta associação ocorresse?

A COMPLETA DESUNIÃO DA CLASSE E A TOTAL FALTA DE APOIO E RESPALDO POR PARTE DAS AUTORIDADES COMPETENTES.

A FORMAÇÃO SE DEU POR INICIATIVA DOS COMPANHEIROS MAIS ANTIGOS NA PROFISSÃO E DE MAIOR LIDERANÇA.

ii) O APOIO POLITICO FOI INEXPRESSIVO POR PARTE DOS POLITICOS DA EPOCA.

11) E o seu sindicato(a sua formação e sua importância) para os despachantes terem uma força a mais junto aos órgãos públicos?

ATUALMENTE ESTE SE ENCONTRA PRATICAMENTE DESATIVADO. MAS NO PASSADO JÁ FOI BASTANTE ATUANTE E EXERCIA GRANDE INFLUÊNCIA JUNTO AO DETRAN, MAS NO MOMENTO NOS ENCONTRAMOS TOTALMENTE DESAMPARADOS NO QUE SE REFERE A REIVINDICAÇOES JUNTO AOS ORGAOS PUBLICOS.

12) Qual a importância do despachante para a sociedade?

BASTANTE CORDIAL, POIS A MAIORIA DAS PESSOAS PERMANECEM FIEIS AO SEU DESPACHANTE DE CONFIANÇA, DURANTE ANOS A FIO. SENDO QUE PARA ALGUMAS PESSOAS É COMPLETAMENTE IMPOSSIVEL DEIXAR SUAS ATIVIDADES PARA PROVIDENCIAR ATRIBUIÇOES A QUE SE DEDICA O DESPACHANTE.

13) Que tipo de clientela procura os serviços de despachante? Porque?

TODO TIPO DE CLIENTES, DEVIDO A FALTA DE TEMPO DAS PESSOAS PARA FAZEREM ESTE SERVIÇO QUE REQUER CERTO CONHECIMENTO TECNICO.

14) O despachante em geral tem ou é preciso ter alguma formação profissional?

Sim, é necessário já ter exercido anteriormente alguma profissão correlata, pois há toda uma técnica própria para o preenchimento de formulários e relacionamento humano, sendo um serviço bastante burocrático e que bate de frente com a concorrência ferrenha entre os companheiros de profissão.

15) Qual a relação o despachante tem junto ao Estado?

O ESTADO NÃO VALORIZA MUITO O DESPACHANTE, COMO DEVERIA, POIS ESTE TORNA MUITO AGIL A RELAÇÃO ENTRE O USUÁRIO E O ESTADO. JÁ IMAGINARAM SE NÃO HOUVESSE DESPACHANTES E TODAS AS PESSOAS PROCURASSEM DIRETAMENTE A REPARTIÇÃO, SEM SABER SEQUER NENHUM PROCEDIMENTO BASICO.

16) Com a informatização dos serviços buracraticos da Administração pública, qual o destino dos despachantes para o futuro desta nova era?

A TENDENCIA É A DIMINUIÇÃO DO ESPAÇO PARA O EXERCICIO DA PROFISSÃO, POIS A TENDENCIA DO ESTADO É A FACILITAÇÃO PARA O USUÁRIO. SENDO O FUTURO BASTANTE INCERTO PARO PROFISSIONAL DESPACHANTE.

José Eustáquio -
Dalmo Despachante

1) Como o Sr. entrou na profissão de despachante?

SEMPRE TRABALHEI NA PROFISSÃO INFORMAL, E SEMPRE GOSTEI DE TRABALHAR COM O PÚBLICO, logicamente a opção para ser Despachante me pareceu na época, boa, devido ao meu conhecimento na cidade e uma profissão que estava despontando.

2) Porque o Sr. decidiu ser despachante?

VIDE 1ª PERGUNTA

3) Como era o serviço do profissional na época ?

ERA feito por pessoas credenciadas, responsáveis, maduras, com melhor atendimento junto aos Detrans porque não havia "PARACHOQUE" e eram poucos Despachantes.

4) Porque ou para que as pessoas procurava o despachante?

Pela falta de acesso junto ao orgão competente, por falta de tempo, preço do serviço era honrado na existia taxas do estado, e o bom atendimento.

5) Os custos dos serviços eram altos ?

NÃO eram em função de não haver taxas.

6) Como era visto o profissional ? Porque?

Bem competente, honesto e rápido, em face do atendimento

7) Como eram as condições de trabalho?

Em matéria de lucro e produtividade de trabalho era excelente

8) Era possível manter um bom nível de vida?

Em vista da quantidade de serviços ganhavamos bem mais do que se ganha hoje

9) Havia muitos ou poucos profissionais ?

Na época havia poucos profissionais, mas competentes e sérios.

10) O que levaram alguns profissionais a formarem a ADESU-Associação dos Despachantes de Uberlândia, como se deu sua formação e vocês tiveram algum apoio politico para que esta associação ocorresse?

A falta de uma entidade em que os despachantes pudessem reivindicar seus direitos junto ao Detran referente a normas de trabalho.

11)

A formação teve participação de todos os Despachantes da época, com apoio bella para Mesa, Diretoria e outros.

Na época não recebemos apoio politico de vereadores da cidade.

11) E o seu sindicato(a sua formação e sua importância) para os despachantes terem uma força a mais junto aos órgãos públicos?

Depois da criação do Sindicato e sua consolidação pelo menos por com a criação do SINDICATO ficamos mais fortalecidos junto ao despachante pois temos um horizonte onde podemos como despachantes discutir vários casos que beneficiem toda a classe como os conteiros de Os rochas Redenciados

12) Qual a importância do despachante para a sociedade?

No trânsito da prestação de serviços ele considero importante nossa parcela de contribuição e atendimento ao publico

13) Que tipo de clientela procura os serviços de despachante? Porque?

Fica uns pessoas física falta de tempo e conhecimento mau atendimento do orgão de trânsito pelo excesso de serviço e poucos funcionários p/ atendimento.

14) O despachante em geral tem ou é preciso ter alguma formação profissional?

todo despachante hedereiado passa por exame de habilitação e conhecimento gerais e varias de tramitação.

15) Qual a relação o despachante tem junto ao Estado?

No que se refere à Detran e muito pouco atualmente o relacionamento despachante - Detran.

16) Com a informatização dos serviços buracraticos da Administração pública, qual o destino dos despachantes para o futuro desta nova era?

Incerto, mas o despachante tem que se informatizar para poder acompanhar esse processo revolucionário, mas eu acredito que não acabará enquanto existir VISTORIA NOS VEÍCULOS.

É um Despachante
um Profissional
Informal, com excelente
conhecimento de Documentos de Veículos
Levado a profissão a
Brios, e, honestamente,
sempre trouxe bons
Lucros para a Sociedade
no trato com as coisas
de pessoas que buscam
nossos serviços

Oscar Nunes da Silva - 1º Sargento despachante
Ex-presidente do Sindicato dos Despachantes

1) Como o Sr. entrou na profissão de despachante?

-Por ter passado algum tempo auxiliando um Despachante já atuante, e adquirido conhecimento para exercer tal profissão em caráter Patronal. Por conseguinte procurado os caminhos legais junto à Secretaria de Segurança Pública/MG. para tornar-me um profissional no qual persisto até hoje, com 25(vinte e cinco)anos de profissão.

2) Porque o Sr. decidiu ser despachante?

-De acordo com o acima citado e por ter facilidade de lidar com pessoas, achei que seria uma profissão ideal para os meus anseios.

3)Como era o serviço do profissional na época ?

- O serviço profissional, como até hoje, continua sendo profissional com algumas divergencias, em relação a capacidade de cada um. A sua pergunta ficou um pouco vazia com referência à época, que época que o amigo quer saber? Se for quando comecei minha atividade de Despachante, tenho a declarar que éramos pouquíssimos Profissionais,por conseguinte éramos Unidos.

4)Porque ou para que as pessoas procurava o despachante?

- A nossa profissão é denominada"Representante de Partes" Partes são os clientes citados pelo amigo como pessoas, que procuram o Despachante por dois motivos, primeiro porque nós profissionais já estamos habituados e capazes de realizar os serviços a nós solicitado sem burocracia, segundo porque a maioria das partes não tem tempo e não gostam de mecher com papeis em Repartição Pública, principalmente em Delegacia de Transito.

5) Os custos dos serviços eram altos ?

-A mão de obra ou honorários cobrados pelos profissionais despachantes sempre acompanharam um padrão, alguns fugiam deste padrão para mais e outros para menos, como é até hoje. Com referência aos custos , os mesmos variavam e variam até hoje, de acordo com o serviço a ser executado, pois cada caso é um caso.

6) Como era visto o profissional ? Porque?

-Aos olhos das Autoridades, o profissional Despachante, sempre foi visto como parceiros, ou seja, uma extensão representativa daquele órgão público.

- Aos olhos da população que a coisa ficava um pouco mais complexa, pois existe os bons profissionais,como tambem existe os maus, os péssimos profissionais, e quando alguem era prejudicado por estes péssimos profissionais a imagem deste mau profissional era generalizada para toda categoria.

7) Como eram as condições de trabalho?

- Em tudo na vida existe evoluções,as condições de trabalho no início de minha carreira erà bem precário,com relação aos dias de hoje, mas tambem,eram menos profissionais,menos veículos,menos atravessadores. Existia mais harmonia,entre o Despachante e a Autoridade,era bem melhor.

8) Era possível manter um bom nível de vida?

- Antigamente por existir poucos profissionais, o relacionamento com as Autoridades eram mais estreitas havendo aí uma parceria saldável de confiança,por conseguinte, tudo que fosse feito ou executado no Transito, tinha que passar por um Despachante,donde nossos serviços eram maiores por isso nossa arrecadação de mão de obra era ótima,podendo cada profissional da época ter um bom nível de vida.

9) Havia muitos ou poucos profissionais ?

- Desde que foi criada a Lei que regulamenta a categoria dos Despachantes em 1.985, regulamentada pelo decreto 27009 de 1.987 o número de profissionais passou a ser regulamentado, pois antes de existir tal legalização, era muito fácil ser Despachante, existia muitos.

10) O que levaram alguns profissionais a formarem a ADESU- Associação dos Despachantes de Uberlândia, como se deu sua formação e vocês tiveram algum apoio politico para que esta associação ocorresse?

-A Lei e o Decreto que regulamenta a categoria, existente hoje foi criada através de projetos de nossa Associação. Os profissionais da época entenderam que ter uma Entidade Representativa tornaria a profissão amparada legalmente, portanto reunimos, criamos alguns regimentos, aprimorados com o decorrer do tempo, e fundou-se a ADESU. Foi em decorrencia de apoios Jurídicos e Políticos que foi formada ~~xx~~) a ADESU.

11) E o seu sindicato(a sua formação e sua importância) para os despachantes terem uma força a mais junto aos órgãos públicos?

- Com a evolução de profissionais e aprimoramento dos regimentos, ou seja, Estatuto, e para tornar nossa Entidade em condições Públicas,não só a nível Municipal, mas como tambem Estadual e Federal, transformamos a ADESU em SINDICATO com o reconhecimento do Ministro do Trabalho da época. Sendo o primeiro Sindicato criado em Minas Gerais a nível Federal.

-Com a criação do Sindicato muitas portas que encontrava fechadas, foram abertas Os Órgãos Públicos exergaram que existia uma força organizada por trás de todos os profissionais filiados ao Sindicato, por este motivo dentro da legalidade a convivencia ficou mais saudável.

12)Qual a importância do despachante para a sociedade?

- O próprio nome já diz, Despachante, aquele que despacha. Como somos profissionais formados pela ACADMIA DE POLÍCIA,temos o conhecimento para representar as Partes, que se sentem mais segura em contratar um serviço de um profissional DESPACHANTE.

13)Que tipo de clientela procura os serviços de despachante? Porque?

- Para tizer a verdade, 100% da população procurava o Despachante.
- Porque, como citei na resposta"12" o Despachante tem o conhecimento para dentro da legalidade, agilizar aquele tipo de serviço solicitado

14) O despachante em geral tem ou é preciso ter alguma formação profissional?

- Hoje é preciso ter formação profissional. Antigamente um simples pedido político, era um despachante na área. Após a aprovação da Lei que regulamenta a categoria, todo pretendente a esta profissão, precisa preencher vários requisitos, alem de um período de Curso na Academia de Polícia, como já citei, tudo isto através de convocação editada no Diário Oficial e existir vagas para a localidade pretendida(Município).

15) Qual a relação o despachante tem junto ao Estado?

- Com a regulamentação da Lei 9.095/85 através do Decreto 27.009/87 pela Assembléia Legislativa de Minas Gerais, acredito que somos profissionais reconhecido pelo Estado. Somos administrados na pessoa física de cada profissional, pelo Estado através da Secretaria de Segurança Pública, mais diretamente pelo órgão competente que é o DETRAN-MG.

16) Com a informatização dos serviços buracraticos da Administração pública, qual o destino dos despachantes para o futuro desta nova era?

-Nunca vai deixar de existir a pessoa do Despachante, mas conforme a evolução do tempo a era infomática vai desburocratizando muito as coisas. O cidadão que estiver interligado na Internet, muitos serviços que antigamente seria nescessários um Despachante para realizar, já não tem mais esta nescessidade.

Mas o Profissional que acompanhar a evolução dos tempos, ou seja, estiver equipado para a nova realidade, não ficará sem seu ganha pão.

DIA A DIA DE UM DESPACHANTE/PROFISSIONAL .

Obrigado - Edinho Dep.

53

1) Como o Sr. entrou na profissão de despachante?

R. Com influência de Políticos amigos

2) Porque o Sr. decidiu ser despachante?

R. Não envolvia investimentos altos, e possuia na época bom relacionamento com revendedoras de veículos, portanto, com boa perspectiva de ganho.

3) Como era o serviço do profissional na época ?

R. No que tange a atuação, não mudou muito desde 20 anos atrás, é ter bom relacionamento com os funcionários do Dept.º de trânsito e paciência para os devidos despachos.

4) Porque ou para que as pessoas procurava o despachante?

R. Pela morosidade do Serviço oferecido pelo Estado, onde o cidadão além de não ter conhecimento do procedimento processual de documentos deveria ele perder tempo em longas filas e com isso ter prejuízo em sua atividade comum.

5) Os custos dos serviços eram altos ?

R. Não por isto sempre compensa contratar um despachante, pelo custo benefício.

6) Como era visto o profissional ? Porque?

R. Visto sempre com má fama, quebrador de galho, oferecedor de suborno, enfim de péssima reputação.

7) Como eram as condições de trabalho?

R. No geral sempre muito sumidouro, estar sempre disposto a pagar o taco de todos, funcionários, delegados e proprietários de veículos,

8) Era possível manter um bom nível de vida?

R. Não, o ganho não chegava e nem chega hoje suficiente para uma vida de nível médio,

Edson - Edinho Desp.

55

1) Como o Sr. entrou na profissão de despachante?

R. Com influência de Políticos amigos.

2) Porque o Sr. decidiu ser despachante?

R. Não envolvia investimentos altos, e possuia na época bom relacionamento com revendedoras de veículos, portanto, com boa perspectiva de ganho.

3)Como era o serviço do profissional na época ?

R No que tange a atuação, não mudou muito desde 20 anos atrás, é ter bom relacionamento com os funcionários do Dept.º de trânsito e paciência para os demorados despachos.

4)Porque ou para que as pessoas procurava o despachante?

R. Pela morosidade do serviço oferecido pelo Estado, onde o cidadão além de não ter conhecimento do procedimento processual de documentos deveria ele perder tempo em longas filas e com isso ter prejuízo em sua atividade comum.

9) Havia muitos ou poucos profissionais ?

R. Um número razoável, percapta.

10) O que levaram alguns profissionais a formarem a ADESU- Associação dos Despachantes de Uberlândia, como se deu sua formação e vocês tiveram algum apoio politico para que esta associação ocorresse?

R. A ADESU na sua criação teve por objetivo integrar a classe dos Despachantes, e ao mesmo tempo fortalecer-se junto ao Departamento de Trânsito pois alguns entendiam que com as forças somadas haveria um respaldo político quanto as necessidades do profissional.

11) E o seu sindicato(a sua formação e sua importância) para os despachantes terem uma força a mais junto aos órgãos públicos?

R. O Sindicato foi um desdobramento da ADESP e inicialmente tentou-se avançar no contexto nacional trazendo com isto mesmo respeito das autoridades para com a classe, no início foi muito positivo, mas posteriormente a vaidade de certos dirigentes veio a empanar o objetivo;

12) Qual a importância do despachante para a sociedade?

R É o alicerce do cidadão que necessita de desenvolver um trabalho junto às repartições públicas, onde a burocracia inviabiliza o gasto de seu tempo.

13) Que tipo de clientela procura os serviços de despachante? Porque?

R. Todos os segmentos da sociedade de alguma forma procura os serviços de despachante, uma vez que todos tem de certa forma algum serviço burocrático a se realizar junto aos orgãos públicos.

14) O despachante em geral tem ou é preciso ter alguma formação profissional?

R. No início não, somente a pratica viabilizava o trabalho, hoje no entanto existe uma lei que obriga o ter um preparo para as atividades, mediante com necessidade de concurso, ou prova de conhecimento.

15) Qual a relação o despachante tem junto ao Estado?

R. Ter uma extensão do cidadão junto aos orgãos publicos tanto municipais, Estaduais e federais.

16) Com a informatização dos serviços buracraticos da Administração pública, qual o destino dos despachantes para o futuro desta nova era?

R. Tende a diminuir e muito a procura do usuário ao despachante, tornando os serviços do Estado mais acessivel a eles, diminuindo assim a forma de determinados tipos de burocracia.

ANEXO I

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DE MINAS GERAIS
EDITAL Nº 03/96
REF.: CURSO DE HABILITAÇÃO DE DESPACHANTE

O CHEFE DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições, e em observância ao disposto na Lei nº 9.095, de 17 de dezembro de 1985, Decreto nº 27.009, de 18 de maio de 1987, e Portaria nº 53.776, de 18 de julho de 1996, TORNA PÚBLICO que estarão abertas as inscrições para o CURSO DE HABILITAÇÃO DE DESPACHANTE, nos termos do estabelecido no presente Edital.

I - DAS INSCRIÇÕES

1 - REQUISITOS BÁSICOS:

1.1 - ser brasileiro nato ou naturalizado;
1.2 - ser maior de 21 (vinte e um) anos, ou haver adquirido a capacidade civil pelo modo prescrito em lei;
1.3 - ter cursado, no mínimo, a 8ª série do Ensino Fundamental (ex. 1º grau);
1.4 - estar quite com as obrigações militares;
1.5 - estar quite com as obrigações eleitorais;
1.6 - ter bons antecedentes;
1.7 - não sofrer moléstia contagiosa;
1.8 - não exercer cargo ou função pública federal, estadual ou municipal;
1.9 - não ser comerciante ou empregado de estabelecimento comercial;
1.10 - estar inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda;
1.11 - não apresentar registro nos Cartórios de Protestos, Criminal e de Concordata

2 - PERÍODO/LOCAIS/HORÁRIO:

2.1 - PERÍODO: 23 de dezembro de 1996 a 10 de janeiro de 1997
2.2 - LOCAIS/HORÁRIO:
2.2.1 - Para os candidatos da Região Metropolitana de Belo Horizonte:
. Local: DETRAN-MG - Coordenação de Educação de Trânsito - Av. João Pinheiro, 417 - Belo Horizonte
Horário: 9 às 12 e de 14 às 17 horas
2.2.2 - Para os candidatos dos demais Municípios do Estado de Minas Gerais, exceto Belo Horizonte
Local: Município/sede da Delegacia Regional de Segurança Pública que tenha circunscrição sobre a localidade onde o candidato pretenda atuar como Despachante
Horário: 9 às 12 e de 14 às 17 horas

3 - TAXA:

Dirigir-se a qualquer Agência do Banco do Estado de Minas Gerais - BEMGE - e recolher a taxa de inscrição, em guia de depósito, no valor de R$ 50,00 (cinquenta reais), na conta corrente nº 25.782-4, código da Agência nº 091-9, a favor da Caixa Escolar da Academia de Polícia Civil do Estado de Minas Gerais.

4 - DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA:

O candidato deverá apresentar, no ato da inscrição, pessoalmente ou através de procuração, com firma reconhecida em Cartório, os seguintes documentos:

4.1 - requerimento de inscrição, preenchido em modelo próprio, fornecido no local da inscrição;
4.2 - 01 (uma) foto recente, tamanho 3X4;
4.3 - cópia xerox (autenticada) da Carteira de Identidade;
4.4 - cópia xerox (autenticada) do Certificado de Conclusão ou Histórico Escolar, do Ensino Fundamental (ex. 1º grau);
4.5 - comprovante de pagamento da taxa de inscrição.

5 - CONFIRMAÇÃO DE INSCRIÇÃO:

5.1 - A confirmação se dará através da emissão do Cartão de Inscrição, remetido posteriormente pela Coordenação de Educação de Trânsito/DETRAN-MG.
5.2 - Os candidatos deverão procurar o respectivo cartão no local onde realizaram a inscrição, no período de 03 a 07 de fevereiro de 1997.

II - DAS VAGAS:
O número de vagas por Município é o constante do Anexo Único da Portaria nº 53.776/96, publicada no Diário Oficial "Minas Gerais", 10 de setembro de 1996.

III - DO CURSO DE HABILITAÇÃO:
1 - Local de realização do Curso:
Academia de Polícia Civil de Minas Gerais: Rua Oscar Negrão de Lima, 200 - bairro Nova Gameleira - Belo horizonte;
2 - Período:
Determinado no Cartão de Inscrição.
3 - Conteúdo programático/Carga horária

. Noções de Direito Civil -	04 h/a
. Noções de Direito Penal -	04 h/a
. Legislação de Trânsito -	16 h/a
. Tributação	04 h/a
. Relações Humanas e Ética Profissional -	04 h/a
. Prática Profissional -	08 h/a
Total	40 h/a

4 - Freqüência:
. A freqüência mínima exigida é de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária correspondente a cada disciplina.
5 - Avaliação e aprovação
5.1 - Ao final do Curso o aluno submeter-se-á a uma prova escrita, composta de questões subjetivas e/ou objetivas, abrangendo todo o conteúdo programático.
5.2 - A prova terá a valoração de 100,0 (cem) pontos, exigindo-se, para a aprovação, o mínimo de 60% (sessenta por cento) dos pontos previstos na prova.

6 - CLASSIFICAÇÃO:
6.1 - A classificação dos alunos no Curso será feita pela ordem decrescente do número de pontos obtidos na prova escrita.
6.2 - Ocorrendo empate no número de pontos, este será escalonado, para efeito de classificação final, de acordo com os seguintes critérios:
. ser preposto;
. mais idoso;
. casado, com maior número de filhos.

IV - DO CREDENCIAMENTO:
1 - Os alunos aprovados e classificados no Curso até o limite das vagas existentes, por Município, receberão os respectivos credenciamentos em caráter provisório, pelo prazo de 02 (dois) anos, após o que, observados os requisitos necessários estabelecidos em legislação específica, ser-lhe-ão concedidos os credenciamentos em caráter definitivo.
2 - Os credenciamentos serão liberados pelo DETRAN-MG, através do Setor para Assuntos de Despachantes, mediante apresentação dos seguintes documentos:
2.1 - Cópia Xerox (autenticada) do Certificado de Conclusão para Habilitação de Despachante, expedido pela Academia de Polícia Civil de Minas Gerais;
2.2 - 03 (três) fotografias iguais e recentes, tamanho 3X4;
2.3 - cópia xerox (autenticada) da Carteira de Identidade;
2.4 - cópia xerox (autenticada) do Certificado de Reservista;
2.5 - cópia xerox (autenticada) do Título de Eleitor, com comprovação de comparecimento às últimas eleições;
2.6 - cópia xerox (autenticada) do Cadastro de Pessoas Físicas - C.P.F.;
2.7 - Atestado médico comprovando não sofrer moléstia contagiosa;
2.8 - Atestado de Bons Antecedentes, fornecido pela Secretaria do Estado de Segurança Pública de Minas Gerais;
2.9 - Certidões negativas de Protestos, Criminal e de Concordata (insolvência) fornecidas pela Comarca que jurisdiciona o Município onde o candidato pretende atuar;
2.10 - Declaração, firmada por duas testemunhas, e com firma reconhecida em Cartório, de que não exerce cargo ou função pública federal,estadual ou municipal, e que não é comerciante ou empregado de estabelecimento comercial;
2.11 - Ficha de Cadastro - modelo próprio - fornecida pelo DETRAN-MG;
2.12 - Termo de responsabilidade (Carta de Fiança), com firma reconhecida em Cartório - modelo próprio - fornecido pelo DETRAN-MG.

V - 61DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1 - A não apresentação de qualquer documento no ato do credenciamento, implicará no cancelamento dos direitos adquiridos pelo candidato aprovado e classificado no Curso.

2 - O prazo de validade deste Curso será de até 02(dois) anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período.

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DE MINAS GERAIS, em Belo Horizonte, aos 20 de novembro de 1996.

RAIMUNDO INÁCIO DE OLIVEIRA
CHEFE DO DETRAN-MG